



BOLETIM SEMANAL

Filiado à CUT/FENAJUFE

Sindjus

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

25 de setembro de 2009

CASA CORFiliado Sindjus paga meia.
É só mostrar a carteirinha
na bilheteria. De 26/9 a
4/11, no Clube do Servidor.**NÃO PERCA!**Assembleia
geral do dia 23:
categoria
mobilizada

VALCI ARAÚJO

Indicativo de greve

Servidores vão parar se a proposta do PCCR não for enviada ao Congresso até o dia 7 de outubro

Mais de quinhentos servidores levantaram a bandeira do PCCR e aprovaram unanimemente o indicativo de greve na assembleia geral de quarta-feira, dia 23. Marcada pelo clima de união e de motivação para a luta, a assembleia mostrou que os servidores estão dispostos a brigar não só pelo envio da proposta ao Congresso, mas pela aprovação do PCCR.

Se a proposta do novo plano não for encaminhada ao Poder Legislativo até o dia 7 de outubro, os trabalhadores da Justiça cruzarão os braços. A data foi escolhida em razão do prazo dado pelo presidente do STF, Gilmar Mendes, aos presidentes dos órgãos do Judiciário para resolver essa questão. O prazo é resultado da pressão dos servidores, reunidos nas assembleias setoriais convocadas pelo sindicato. Em ofício, o Sindjus reivindicou que o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, seguisse o mesmo calendário.

"Continuaremos mobilizados para colher os frutos de um ano de trabalho na construção do nosso plano de carreira", afirmou o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo. Acompanhe, na página seguinte, as etapas dessa construção.

PARTICIPE DO SARAU DE LUTA

O sentimento dos servidores presentes na assembleia do dia 23 mostra que estamos no caminho certo. Para reforçar essa mobilização, faremos, na próxima sexta, dia 2, a partir das 17h, um sarau com artistas da categoria. Venha mostrar seu talento e contribuir para o nosso espírito de luta. Sua participação é decisiva para o sucesso do plano de carreira. Converse com seus colegas, junte sua turma, inscreva seu trabalho. Os interessados devem ligar para o número 3212-2613 até quarta-feira.



PLANO DE CARREIRA

Meses de trabalho intenso

O PCCR nasceu após um longo e detalhado processo de discussão, que envolveu toda a categoria. O Sindjus colocou esse bloco na rua em agosto do ano passado, quando promoveu uma série de onze seminários para ouvir as propostas e sugestões dos servidores para o novo plano.

Os eventos começaram com um encontro de delegados sindicais, no dia 1º de agosto, e envolveram todos os órgãos do Judiciário e do Ministério Público, além dos respectivos diretores ou secretários-gerais, convidados pelo sindicato para se tomar parte nos debates.

Nesses seminários foram formados grupos de trabalho de cada um dos órgãos. No final do mês os grupos se reuniram e elegeram uma comissão de servidores para sintetizar as propostas da categoria. Elas foram consolidadas em onze pontos de consenso, abrangendo desde a definição de atribuições até melhorias na remuneração. Estavam lançadas as bases do novo plano de carreira, segundo o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo: "Agora vamos lapidar as propostas, num amplo processo democrático", afirmou ele na época.

E assim foi feito. A partir do começo de outubro o Sindjus promoveu mais uma série de eventos: as oficinas para atualização das atribuições profissionais da categoria, sob a coordenação de um consultor e especialista em gestão estratégica de pessoas.

No dia 20 de outubro foi criada a Comissão Interdisciplinar para aprofundar as discussões sobre o PCCR. O grupo trabalhou durante mais de oito meses, com a participação de Policarpo, representando o sindicato. A Comissão foi formada por representantes de cada órgão e entidades sob a coordenação do STF, CNJ, TSE, STJ, CJF, STM, CSJT, TJDFT, Fenajufe e Sindjus.

O sindicato divulgou amplamente todo o processo de elaboração do novo plano de carreira. Os textos dos projetos elaborados foram colocados no site do Sindjus para receber as críticas e sugestões dos servidores, inclusive com a participação on line do consultor contratado, professor Angelino Rabelo, que debateu em tempo real com os servidores, tirou dúvidas e explicou pontos importantes do projeto.

Ao mesmo tempo, durante todo o ano o Sindjus realizou constantes reuniões com os dirigentes dos tribunais e do MP, levando a eles as reivindicações dos servidores e pressionando para que a elaboração do PCCR fosse agilizada. Após oito meses de discussão e sem que se chegasse a uma proposta definitiva, a Comissão Interdisciplinar aprovou um projeto alternativo para o PCCR no dia 29 de junho, privilegiando o imediato reajuste salarial e deixando para um próximo momento as discussões sobre carrei-

ra e atribuições. O Sindjus propôs a criação de um Conselho Consultivo para tratar desses pontos em paralelo, de maneira a não atrasar o envio do projeto ao Congresso Nacional. Sob a pressão e o acompanhamento constante do sindicato, o STF estabeleceu, no fim de julho, prazos para a Comissão fechar o anteprojeto e encaminhá-lo para assinatura dos presidentes dos tribunais – pré-requisito para que o PCCR chegue ao Congresso.

Durante o mês de agosto o sindicato cumpriu nova rodada de trabalhos junto aos diretores-gerais dos tribunais para queles levassem a proposta do PCCR aos presidentes dos órgãos, o que não aconteceu. O texto emperrou na mão dos diretores e secretários-gerais e só agora, em setembro, o ministro Gilmar Mendes, presidente do STF, enviou o projeto aos respectivos órgãos. "Como já era de se esperar, o nosso PCCR não será dado de mão beijada. Para conquistá-lo teremos de ir à luta", afirmou Policarpo.



CERINO • cerino@terra.com.br